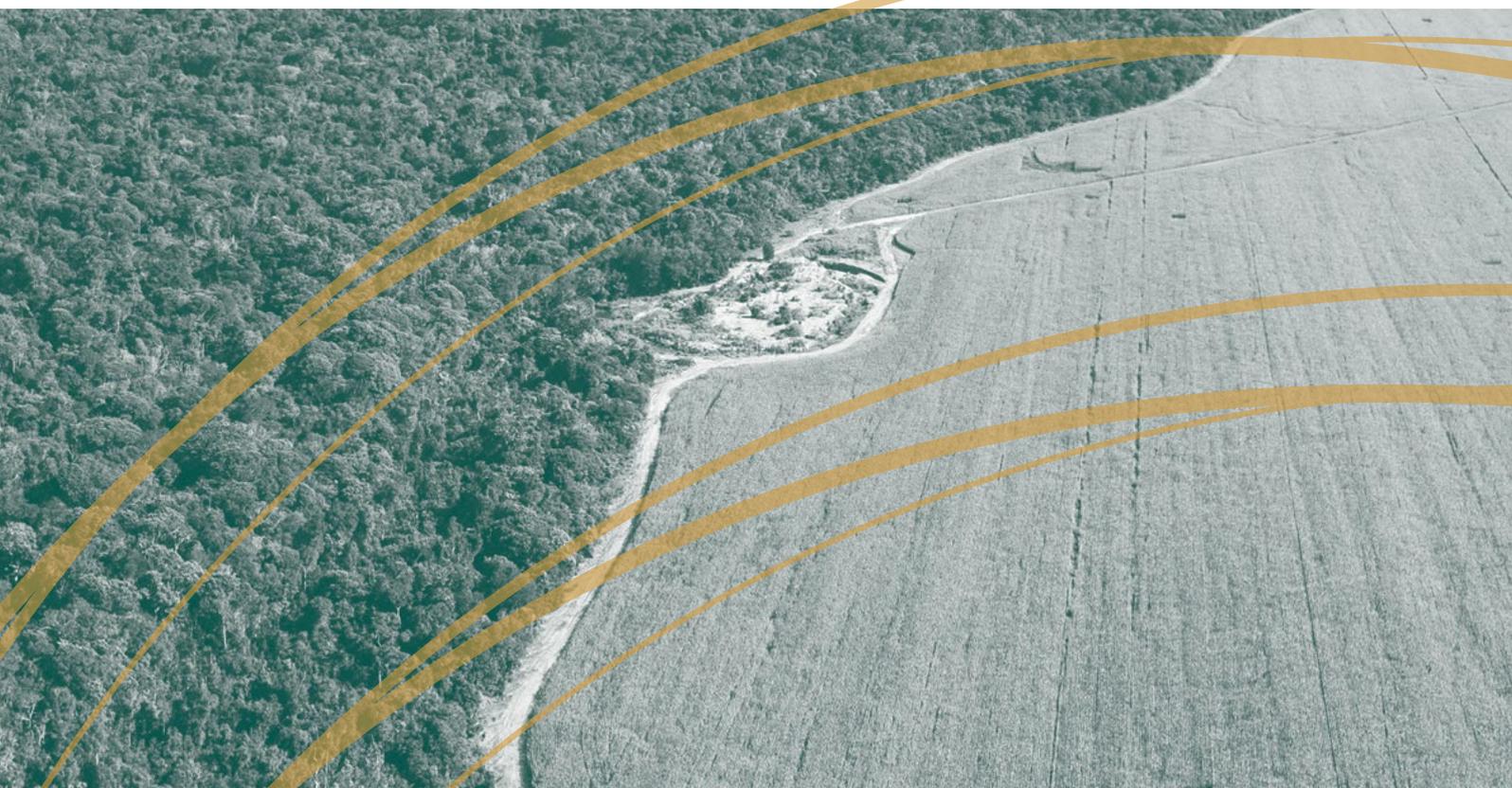




Anuário
Brasileiro
**de Segurança
Pública**
2023

**Apesar de crescimento das
despesas, proporção de
gastos com segurança pública
cai na maioria dos estados e
na União**





Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023

Informação para
gerar transformação

EXPEDIENTE

Conselho de Administração

Cássio Thyone A. de Rosa – *Presidente*

Conselheiros

Elizabeth Leeds – *Presidente de Honra*

Alexandre Pereira da Rocha

Arthur Trindade M. Costa

Daniel Ricardo de Castro Cerqueira

Denice Santiago

Edson Marcos Leal Soares Ramos

Juliana Lemes da Cruz

Marlene Inês Spaniol

Paula Ferreira Poncioni

Roberto Uchôa

Conselho Fiscal

Lívio José Lima e Rocha

Marcio Júlio da Silva Mattos

Patrícia Nogueira Proglhof

EQUIPE FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA

Diretor Presidente

Renato Sérgio de Lima

Diretora Executiva

Samira Bueno

Coordenação de Projetos

David Marques

Coordenação Institucional

Juliana Martins

Supervisão do Núcleo de Dados

Isabela Sobral

Pesquisadores Sêniores

Aiala Couto

Juliana Brandão

Rodrigo Chagas

Equipe Técnica

Betina Barros

Marina Bohnenberger

Dennis Pacheco

Amanda Lagreca

Talita Nascimento

Thaís Carvalho

Consultor

Cauê Martins

Supervisão Administrativa e Financeira

Débora Lopes

Equipe Administrativa

Elaine Rosa

Sueli Bueno

Antônia de Araujo

FICHA TÉCNICA

ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2023

COORDENAÇÃO

Samira Bueno
Renato Sérgio de Lima

ANÁLISES E TEXTOS

Amanda Lagreca
Betina Warmling Barros
Cauê Martins
David Marques
Dennis Pacheco
Isabela Sobral
Jeferson Furlan Nazário
Juliana Brandão
Juliana Martins
Juliana Lemes
Luciana Temer
Marina Bohnenberger
Paulo Jannuzzi
Renato Sérgio de Lima
Roberto Uchôa
Samira Bueno
Sofia Reinach
Talita Nascimento
Thais Carvalho
Ursula Dias Peres

CONSULTORIA ESTATÍSTICA E DE DADOS

Fernando Corrêa
Paulo Januzzi

PARCERIAS

FENAVIST - Federação Nacional das Empresas de
Segurança e Transporte de Valores
Fundação José Luiz Egydio Setúbal
Instituto Galo da Manhã

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Analítica Comunicação Corporativa
analitica@analitica.inf.br
(11) 2579-5520

PROJETO GRÁFICO E DIAGRAMAÇÃO

Oficina 22 Estúdio Design Gráfico e Digital
contato@oficina22.com.br



Como citar:

PERES, Ursula Dias; BUENO, Samira. Apesar de crescimento das despesas, proporção de gastos com segurança pública cai na maioria dos estados e na União. In: FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **17º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, p. 244-253, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em: - .

Nota legal

Os textos e opiniões expressos no Anuário Brasileiro de Segurança Pública são de responsabilidade institucional e/ou, quando assinados, de seus respectivos autores. Os conteúdos e o teor das análises publicadas não necessariamente refletem a opinião de todos os colaboradores envolvidos na produção do Anuário, bem como dos integrantes dos Conselhos Diretivos da instituição.



Licença Creative Commons

É permitido copiar, distribuir, exibir e executar a obra, e criar obras derivadas sob as seguintes condições: dar crédito ao autor original, da forma especificada pelo autor

ou licenciante; não utilizar essa obra com finalidades comerciais; para alteração, transformação ou criação de outra obra com base nessa, a distribuição desta nova obra deverá estar sob uma licença idêntica a essa.

Patrocínios e apoios

Edição 2023 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública

Fundação Ford
Open Society Foundations – OSF
Fundação José Luiz Egydio Setúbal
Instituto Galo da Manhã
FENAVIST - Federação Nacional das
Empresas de Segurança e
Transporte de Valores

Apesar de crescimento das despesas, proporção de gastos com segurança pública cai na maioria dos estados e na União

O financiamento da segurança pública, assim como de outras despesas de políticas sociais no Brasil, depende de recursos aportados e administrados pelas três esferas de governo e implica em um volume considerável de gastos. Ano passado, as despesas com segurança pública representaram 1,26% em proporção do PIB, cerca de um terço do que se gasta com saúde pública. Porém, diferentemente da área da saúde, não existe no Brasil uma definição normativa de quanto e nem como se deve gastar os recursos na segurança pública. A definição constitucional obriga, no entanto, a operação e manutenção de contingentes policiais nos estados e na União para garantia da ordem, deixando aberta a possibilidade para que os municípios criem guardas municipais. É justamente a necessidade de manutenção das polícias o que direciona o financiamento da segurança pública e, dessa forma, suas despesas são pautadas essencialmente por gastos em pessoal.

Como o maior contingente de pessoal está agregado nas polícias civis e militares brasileiras, os estados são as unidades da federação responsáveis pela maior parte do financiamento da segurança pública. Dessa forma, em 2022 tivemos um gasto com a função segurança pública de R\$124,8 bilhões, sendo R\$ 101 bilhões financiados pelos Estados e Distrito Federal. O gasto total em segurança teve crescimento de 11,6% em relação ao ano anterior justamente pelo maior volume de despesas estaduais, essas 12,9% em relação a 2021.

Já a União, que também opera contingentes policiais, apresentou crescimento menor que os estados, de 2,6%, e registrou despesas no valor de R\$14,4 bilhões em 2022. Esse montante baixo chama a atenção pois a União, em tese, seria responsável pela organização da política de segurança pública com vistas a uma atuação sistêmica de todos os agentes da área através do Sistema Único de Segurança Pública (SUSP). Apesar da regulamentação do SUSP em 2018 e da criação de novos arranjos de financiamento, a coordenação da União tem sido muito aquém do necessário.

Ursula Dias Peres

Professora Dra. da EACH/USP, pesquisadora no CEM/USP e associada do FBSP.

Samira Bueno

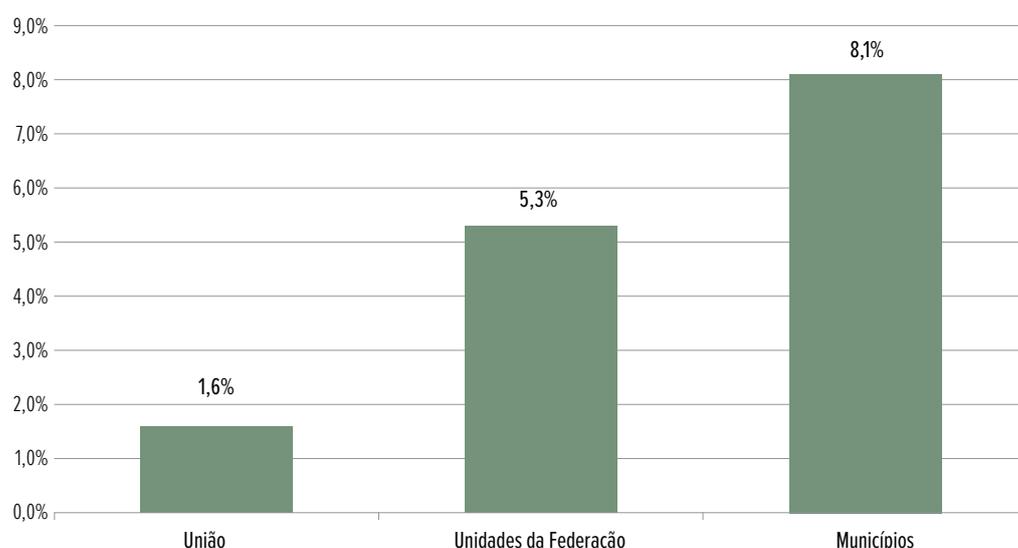
Diretora-executiva do Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Ano passado, as despesas com segurança pública representaram 1,26% em proporção do PIB, cerca de um terço do que se gasta com saúde pública.

Na última gestão o Governo Federal manteve os valores gastos, sem incremento para a área. No período de 2019 a 2022 a variação nas despesas com segurança foi de apenas 1,6%. Chama a atenção o baixo valor empenhado com a área especialmente porque, no mesmo período, o Fundo Nacional de Segurança Pública teve crescimento de 17,6%, e o Fundo Penitenciário Nacional teve aumento de 18%, ambos com recursos provenientes de repasses das Loterias federais.

GRÁFICO 69

Variação das despesas com segurança pública por ente federativo
Entre 2021 e 2022



Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional – STN; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Ambos os fundos responderam, em 2022, por 16,3% do total de despesas da União, valor representativo e que indica que, se não houvesse a aprovação do SUSP em 2018¹ e a alteração da lei do Fundo Nacional de Segurança Pública², provavelmente veríamos um desinvestimento na área.

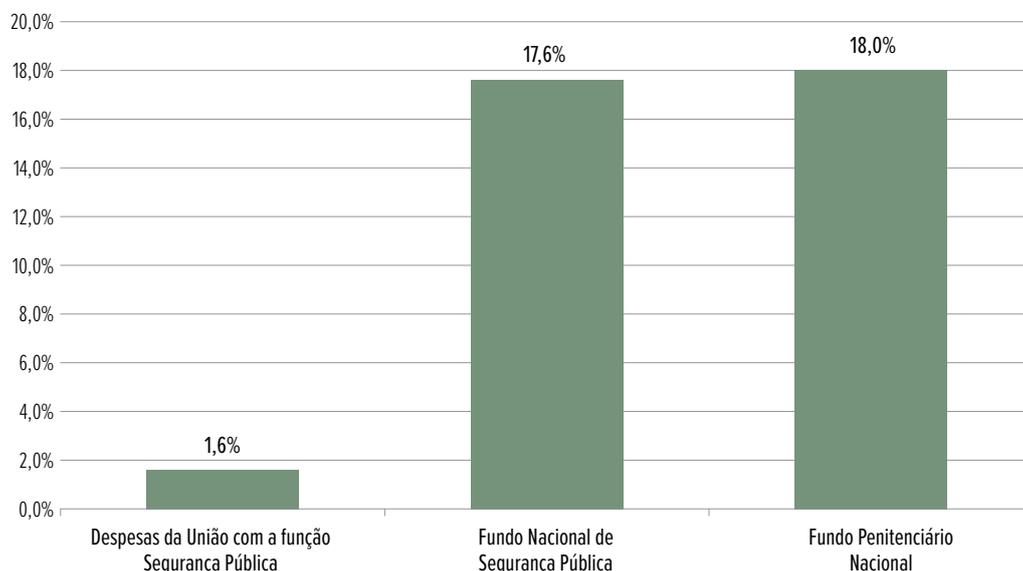
Os estados de modo geral, e os municípios com guarda municipal, acabaram por reduzir, de forma relativa, seu gasto em segurança pública ao não poder reajustar salários ou realizar contratações por 2 anos.

1 Lei 13.675 de junho 2018.

2 Lei 13.756 de dezembro de 2018.

GRÁFICO 70

Varição das despesas da União e dos Fundos Nacional de Segurança Pública e Penitenciário Nacional
Entre 2021 e 2022



Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional – STN; Caixa Loterias, Repasses Mensais, 2018, 2019, 2020, 2021 e 2022; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Com esse papel pouco efetivo da União em uma coordenação sistêmica torna-se ainda mais relevante as ações dos estados na segurança pública. Assim, a alavancagem ou redução de recursos nessa esfera de um ano para outro torna-se muito relevante. Como já ressaltado, sendo a segurança pública uma área intensiva em mão de obra e especialmente dependente do contingente policial dos estados (estimado em mais de 647 mil agentes³), houve impacto importante da pandemia nos anos de 2020 e 2021 para seu financiamento. Um dos motivos principais para isso foi a aprovação do Socorro Fiscal da União, Lei Complementar 173/2020, que previu como contrapartida para recebimento pelos estados e municípios de recursos da União, a obrigatoriedade de congelamento de despesas de pessoal e suspensão de concursos, bem como movimentações de carreira. Com isso, os estados de modo geral, e os municípios com guarda municipal, acabaram por reduzir, de forma relativa, seu gasto em segurança pública ao não poder reajustar salários ou realizar contratações por 2 anos.

Sendo a segurança pública uma área intensiva em mão de obra e especialmente dependente do contingente policial dos estados (estimado em mais de 647 mil agentes), houve impacto importante da pandemia nos anos de 2020 e 2021 para seu financiamento.

Em 2022 essa situação começa a se modificar com a pressão para renegociação salarial em diferentes estados, porém nem todos os governos garantiram a reposição da inflação dos últimos anos e mesmo a questão de concursos para reposição de contingentes (reduzidos por aposentadorias ou outros motivos) também não se deu de forma a total recomposição.

³ Segundo a edição 16 do Anuário Brasileiro de Segurança Pública, em 2021 o efetivo policial dos estados era formado por 406.384 policiais militares, 91.926 policiais civis, 11.823 peritos, 55.072 bombeiros e 92.216 policiais penais (FBSP, 2022).

O que tivemos em 2022, na média dos estados, foi o crescimento das despesas em segurança pública quando comparado com os valores de 2021, mas praticamente para a retomada do patamar anterior a pandemia. Ou seja, ainda que o gasto tenha mostrado elevação, a proporção de recursos destinado à segurança pública é menor do que em 2019 para a maioria dos entes. Apenas 7 estados (AP, CE, ES, PR, RS, RO, RR) tiveram crescimento na proporção de gastos em segurança quando comparado com as despesas totais realizadas entre 2019 e 2022, conforme mostra a tabela a seguir.

QUADRO 08

Proporção de despesas com segurança pública pela União e UFs em relação ao total de despesas realizadas 2019 - 2022

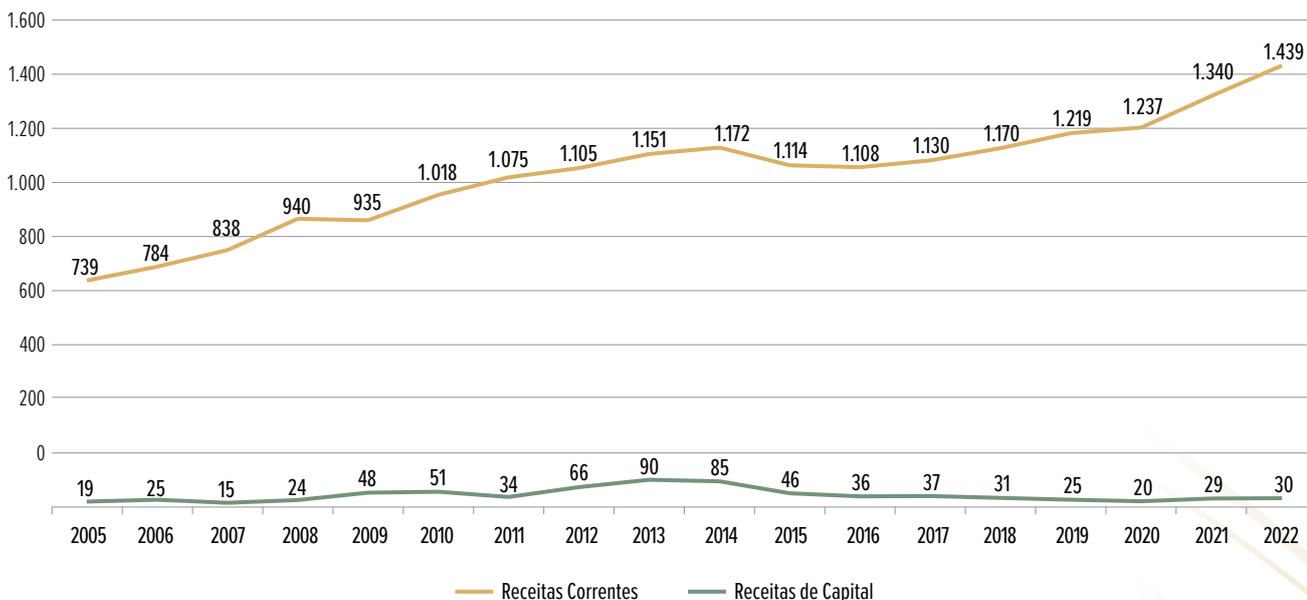
União e Unidades da Federação	2019	2022	Varição (em %)
União	0,5	0,4	-26,8
Acre	11,1	10,0	-9,3
Alagoas	12,8	10,2	-20,5
Amapá	11,8	12,2	3,4
Amazonas	11,1	9,1	-17,5
Bahia	9,9	7,4	-25,4
Ceará	10,5	12,1	15,0
Distrito Federal	3,9	3,4	-14,2
Espírito Santo	9,9	9,9	0,0
Goiás	13,6	9,1	-33,1
Maranhão	11,5	8,6	-24,6
Mato Grosso	13,1	11,0	-16,6
Mato Grosso do Sul	9,6	8,6	-10,0
Minas Gerais	16,2	9,6	-40,9
Pará	11,5	10,7	-7,1
Paraíba	13,1	11,1	-15,2
Paraná	7,7	8,8	14,9
Pernambuco	9,1	6,5	-29,1
Piauí	7,4	5,7	-23,2
Rio de Janeiro	16,4	14,7	-9,8
Rio Grande do Norte	9,9	7,9	-19,7
Rio Grande do Sul	8,4	10,0	19,6
Rondônia	11,4	13,0	14,4
Roraima	7,4	9,0	21,7
Santa Catarina	8,9	7,7	-13,2
São Paulo	5,3	4,3	-19,1
Sergipe	10,9	9,8	-10,4
Tocantins	12,6	7,9	-37,4

Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional – STN; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Se analisarmos mais atentamente as finanças estaduais em 2022 e no período pandêmico, veremos, no entanto, que a situação da segurança pública enquanto prioridade de política estadual é mais complexa. Desde 2020, com o advento do Socorro Fiscal da União, e por

influência do aumento de preços de combustíveis e energia, as receitas dos estados tiveram importante recuperação com o crescimento do ICMS, o que não ocorria desde antes da crise econômica de 2015/2016. O gráfico a seguir permite visualizar o crescimento das receitas dos estados ao longo dos últimos anos.

GRÁFICO 71
Receitas correntes e de capital das Unidades Federativas
2005 a 2022



Fonte: SICONFI; Secretaria do Tesouro Nacional. Valores atualizados pelo IPCA para dezembro de 2022.

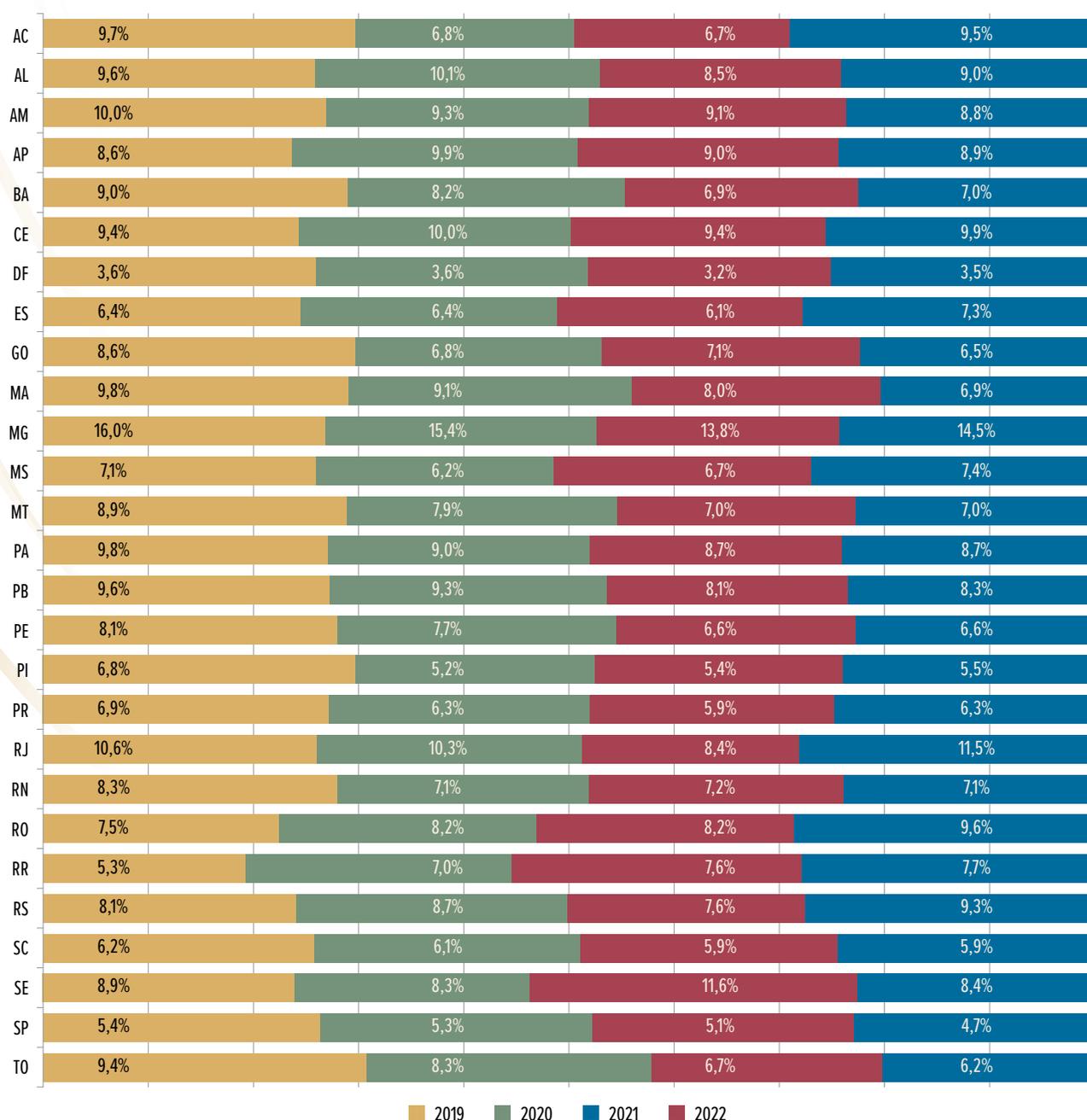
Nota: Receitas Correntes Brutas sem deduções.

Esse aumento de receitas permitiu a melhora da situação fiscal de muitos estados com o aumento de seu caixa às vésperas das eleições de 2022 e o incremento de investimentos em infraestrutura após anos de queda (Peres e Santos, 2023⁴). Essa situação não implicou, porém, um aumento continuado de recursos para a segurança pública. Em uma segunda comparação, apresentamos os dados das despesas dos estados com segurança pública como proporção de suas receitas correntes, como mostra o gráfico a seguir. Nesta comparação fica ainda mais evidente a queda de prioridade dada aos gastos com segurança pública a partir da pandemia quando comparado com a execução de 2019.

⁴ Execução Orçamentária dos Estados e do Distrito Federal (DF): Primeiro Semestre 2022. Notas técnicas (NT 18) – Políticas Públicas, Cidades e Desigualdades. Centro de Estudos da Metrópole, 18 de Agosto de 2022.

GRÁFICO 72

Despesas dos Estados com Segurança Pública em Proporção das Receitas Correntes
2019 a 2022

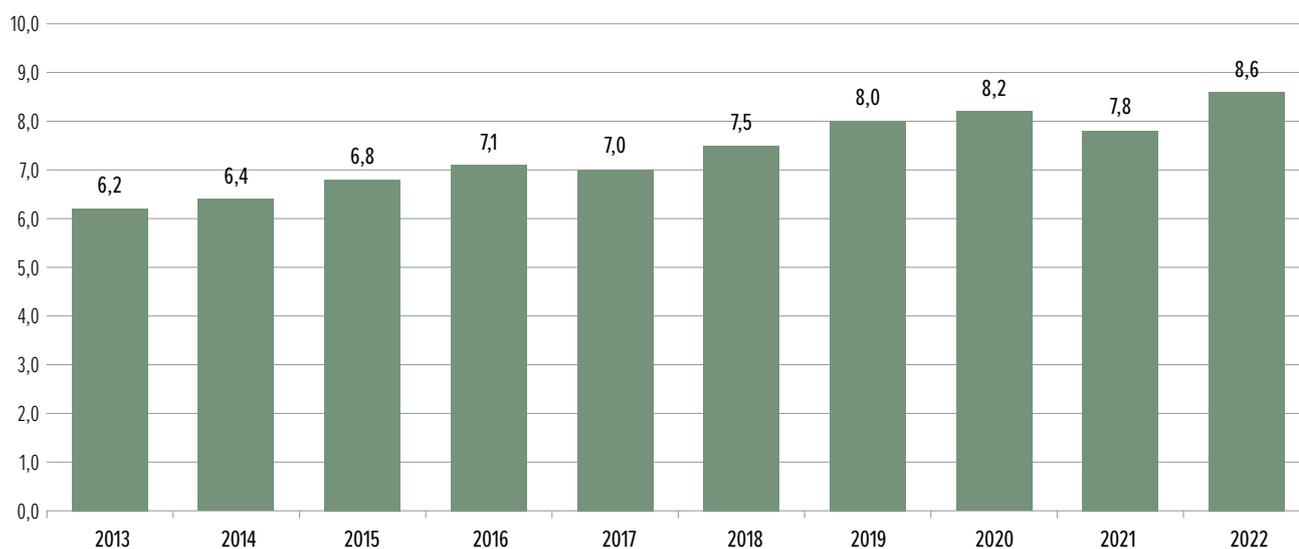


Fonte: SICONFI; Secretaria do Tesouro Nacional. Valores atualizados pelo IPCA para 2022.

A terceira esfera responsável pelo financiamento da segurança pública são os municípios, que apesar de não terem a responsabilidade de gestão das polícias, tem atuação fundamental na prevenção da violência e na manutenção da sensação de segurança nas cidades, além de gestão das guardas municipais em ao menos 1.256 cidades, conforme a última Pesquisa de Informações Básicas Municipais realizada pelo IBGE. Esses entes em 2022 aumentaram suas despesas com segurança pública em 10,4%, em comparação a 2021, chegando ao maior valor da década, isto é, R\$ 8,6 bilhões.

GRÁFICO 73

Despesas dos Municípios com Segurança Pública
Em R\$ constantes de 2022 (bilhões)

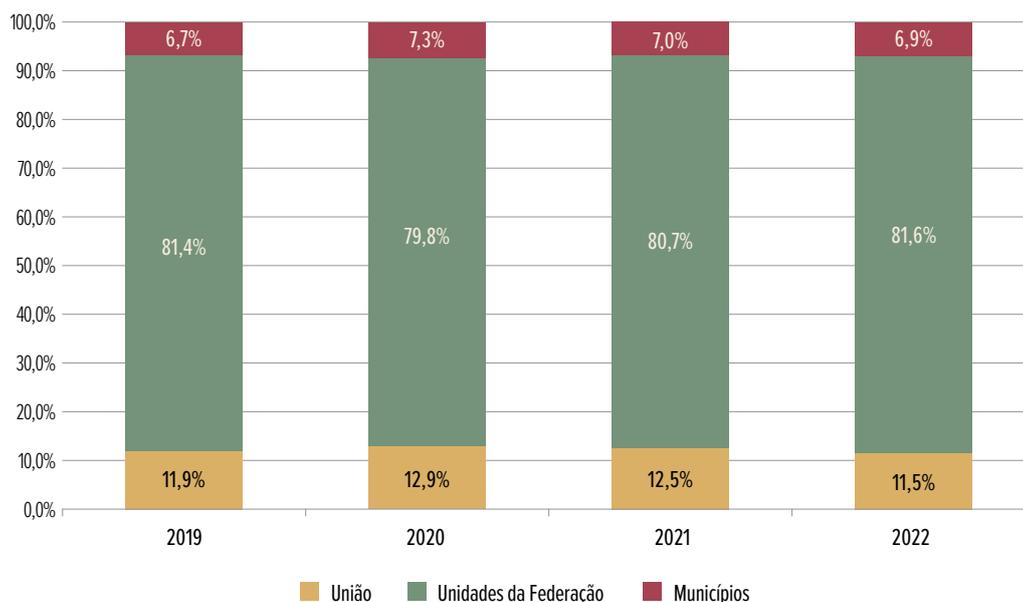


Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional – STN; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

Com esse volume os municípios têm se aproximado de uma participação de 7% no total do financiamento, participação importante, especialmente quando consideramos que a União financia cerca de 11,5% da segurança pública tendo cerca de 54% das receitas disponíveis em proporção do PIB, enquanto os municípios tem somente 21% (Afonso e Castro, 2020⁵).

GRÁFICO 74

Participação dos entes federativos no financiamento da Segurança Pública
2019 a 2022



Fonte: Ministério da Fazenda/Secretaria do Tesouro Nacional – STN; Fórum Brasileiro de Segurança Pública.

5 <https://www.joserobertoafonso.com.br/carga-tributaria-recorde-historico-afonso-castro/>

Um destaque, no entanto, precisa ser feito para as capitais brasileiras, principais responsáveis pelos gastos em segurança pública na esfera local. Assim, como ocorrido com os estados, as capitais tiveram nos últimos anos aumentos importantes de receitas.

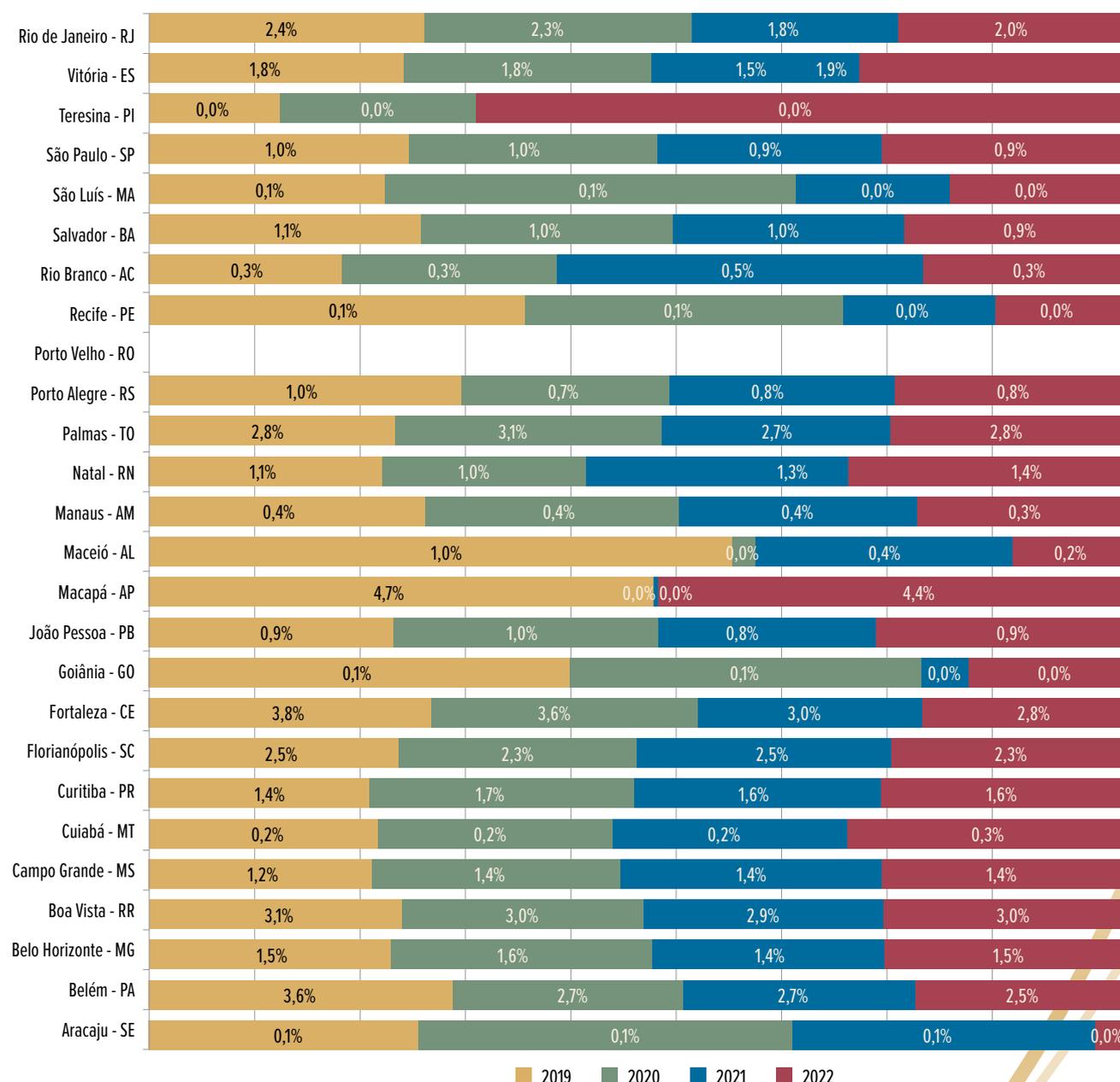
Um destaque, no entanto, precisa ser feito para as capitais brasileiras, principais responsáveis pelos gastos em segurança pública na esfera local. Assim, como ocorrido com os estados, as capitais tiveram nos últimos anos aumentos importantes de receitas. As receitas correntes líquidas das capitais aumentaram 20% em relação a 2018, já descontada a inflação, impulsionadas pelo ISS, que cresceu 24%, e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), com crescimento de quase 26%, o que permitiu que essas cidades tivessem maior volume para investir e mais disponibilidade de caixa (Peres e Santos, 2023⁶).

Quando analisamos as despesas de segurança pública realizadas pelas capitais vemos que há grande variação de volume entres estas, reflexo das nossas desigualdades regionais, mas também reflexo da ausência de direcionamento da política, pois apesar de aumento importante da arrecadação, as despesas com segurança pública, em proporção das receitas correntes, caem em quase metade das capitais e em outras várias aparece em valores estagnados, como mostra o gráfico a seguir.

⁶ Panorama das finanças municipais: análise das capitais e municípios com mais de 50 mil habitantes - 2018/2022 Notas técnicas (NT 21) – Políticas Públicas, Cidades e Desigualdades. Centro de Estudos da Metrópole, 07 de junho de 2023.

GRÁFICO 75

Proporção Despesa Segurança Pública pela Receita Corrente
Capitais do Brasil - 2019 a 2022



Fonte: SICONFI; Secretaria do Tesouro Nacional. Valores atualizados pelo IPCA para 2022.

A análise das despesas com segurança pública pelas três esferas brasileiras traz reflexões importantes sobre o papel de cada ente nesse financiamento. O período recente mostra uma certa recuperação de recursos após anos de crise, em especial dos entes subnacionais. Essa recuperação pode ser sustentável e crescente, mas há ainda muita incerteza e reformas em discussão no Congresso Nacional, com a da tributação indireta, que trará mudanças importantes aos dois principais impostos dos entes subnacionais: ICMS e ISS. Como isso afetará o financiamento da segurança? Essa discussão é fundamental, assim como é importantíssimo mais uma vez discutirmos como organizar e coor-

denar as ações em segurança pública para que sejam sistêmicas e integradas, o que só será possível quando da plena implementação do SUSP. É urgente que neste momento haja a reestruturação do papel da União como ente articulador dessas ações, definindo uma institucionalidade que permita avanços e estabilidade para financiamento da política de segurança pública brasileira.

É urgente que neste momento haja a reestruturação do papel da União como ente articulador dessas ações, definindo uma institucionalidade que permita avanços e estabilidade para financiamento da política de segurança pública brasileira.



Anuário
Brasileiro
**de Segurança
Pública**
2023

**Apesar de crescimento das
despesas, proporção de
gastos com segurança pública
cai na maioria dos estados e
na União**

